

Jorge Fernandes Alves, O Trabalho do Linho. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 292-299.

## O TRABALHO DO LINHO

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo:

Evoca-se aqui a cultura e transformação do linho, actividade fundamental na estruturação histórica do trabalho têxtil na região do Vale do Ave, que criou rotinas de fiação e de tecelagem para consumos domésticos e de mercado, criando um clima de saber-fazer depois apropriado pela indústria algodoeira.

**Abstract:**

**Flax Work**

It is called up the flax cultivation and transformation, main activity in the historical organization of textile work activity in Vale do Ave region, which created spinning and weaving routines for domestic and market consumptions, as well as developed an important Know How that was then suitable for the cotton industry.

\*\*\*

*Na sala do linho está a gloriosa recordação da família portuguesa, das virtudes das nossas mães, do nosso lar. Tudo alvo puro, respirando o perfume da modesta flor azul, espelhando a frescura dos ribeiros e dos lameiros. Será talvez sentimentalismo, mas um minhoto não olhará para aquele quadro encantador, para as maravilhas da roca e do fuso, sem alguma comoção.*

Joaquim de Vasconcelos (1884) - *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães:145*

O linho é vivenciado na memória colectiva através de representações distintas, umas conotadas com dureza de trabalho, bem simbolizadas na expressão "tormentos do linho", e outras com pureza e intimidade, em que o conceito de *bragal* surge como o mais expressivo, todas elas remetendo para imaginários em que a rudeza das tecnologias tradicionais se aliava a perfeccionismos artísticos e a manifestações lúdicas de trabalho colectivo.

O linho foi uma cultura disseminada por todo o País, animando a sociedade rural com uma actividade doméstica de fiar e tecer, paralelamente aos trabalhos da lã. Nas zonas húmidas do Norte de Portugal plantava-se essencialmente a variante de linho *galego*, semeando-se na Primavera (Abril) para colher em Junho, embora também se produzisse paralelamente a variedade mourisca, cultivada no Outono (Setembro/Novembro), em alguns locais, embora este constituísse um produto de menor qualidade.

O trabalho do linho (essencialmente a fição) tornou-se um dos atributos femininos da região de Guimarães e, de uma forma, geral, das famílias camponesas do Entre-Douro-e-Minho, para além de outras regiões onde o cultivo do linho encontrava condições propícias. A roca e o tear tornam-se os instrumentos centrais, operativos e simbólicos, da actividade de transformação que leva o linho ao tecido. Mas as tarefas intermédias eram numerosas e complexas, o que ajuda a explicar o seu posterior declínio, à medida que surgiam soluções mais simples e baratas, como era o caso do algodão, com as inevitáveis consequências de redução das áreas de cultura e posterior recurso à importação de fio, num declínio que já era apontado pelo industrialista Fradesso da Silveira, em 1872. Em 1890, chegou a publicar-se uma lei que preconizava a reanimação do cultura do linho, tendo-se mesmo importados sementes da Rússia para esse efeito, pois daí vinha uma grande parte da importação de fio de qualidade (REAL 1916).

Em torno dos trabalhos do linho, no seu tormentoso percurso que vai da sementeira à utilização final como tecido, se tem desenvolvido uma volumosa bibliografia etnográfica, em que o trabalho mais sistemático é, sem qualquer dúvida, a obra colectiva *Tecnologia Tradicional Portuguesa - O Linho*, da autoria de Ernesto Veiga de Oliveira e outros, para a qual remetemos obrigatoriamente o leitor que pretenda maior profundidade neste domínio. Mas, recuperando as informações de um inquérito nacional, por concelhos, realizado nos

inícios da década de 1940, com vista a integrar os estudos para o fomento da cultura do linho, vale a pena enunciar as operações de produção caseira, relativamente ao distrito de Braga, na sua terminologia local: sementeira, rega, arranca, ripado, emolhar, demolha, seca (solheiro), malhado, triturar ou moenda, espadela (debouçar, dobrar ou abaixar e limpar), restelar, assedar, carpear, dobar, fiar, emborrar, ensarilhar, cozer, corar, urdir, canelar, tecer e corar. Estas actividades exigiam uma tecnologia diversificada, em que a mão-de-obra se alicerçava nas seguintes alfaias: arado, grade, engajo ou ancinho, ripo ou ripeiro, malho, engenho, espadela, repeladouro, roca, fuso, pentes, sarilhos, dobadoura, urdideira, caneleiro, laçadeira e tear (GRAÇA 1943:66). Na impossibilidade de descrever todas as operações de transformação do linho, de resto algo variáveis segundo o local, variedades e modo de produção, tipifiquemos as seguintes operações integrantes do percurso do linho, desde o lançamento das sementes à terra, colheita da planta e trabalhos tendentes ao isolamento e qualificação da fibra (libertando-a das matérias incrustantes), para que possa transformar-se em fio:

### 1. Cultura do linho

- 1.1 – Preparação do terreno
- 1.2 – Sementeira
- 1.3 – Monda
- 1.4 – Colheita
- 1.5 – Secagem
- 1.6 – Debulha ou ripagem

### 2. Preparação do fio

- 2.1 – Curtimenta ou maceração
- 2.2 – Lavagem e secagem
- 2.3 – Maçagem (normalmente em engenhos hidráulicos)
- 2.4 – Espadelagem
- 2.5 – Assedagem
- 2.6 – Fiação
- 2.7 – Branqueio

### 3. Tecelagem

A fiação difere substancialmente conforme se desenvolve através de uma solução doméstica (com roca e fuso) ou em dispositivo mecânico. De resto, foi em torno das operações elementares acima enunciadas que se criaram posteriormente soluções mais sofisticadas e mecanizadas, dotadas de maior racionalidade, de forma a sustentarem processos de elevada produção, processos esses que algumas publicações de índole tecnológica procuraram divulgar entre nós, com sucesso reduzido.

Centro linheiro de referência, perde-se na lonjura dos tempos a memória dos trabalhos do linho em Guimarães e espaços envolventes, se bem que pareça fora de dúvida o remontar-se aos tempos romanos o desenvolvimento da sua cultura e a consolidação como elemento de valor, já claramente consagrado nos tempos altomedievais. Bastará afirmar a referência ao pagamento de tributos sobre a compra de linho grosso, expressa no foral de Guimarães, dado por D. Henrique em 1096, para atestar esse facto, entre múltiplas referências fiscais sobre o linho.

A. L. de Carvalho repescou de livros e documentos antigos um sem número de afirmações que, desde os primórdios da nacionalidade, apontavam a superioridade do linho vimaranense e da alvura e da finura da linha a que dava lugar, que era requisitada não só dos principais mercados internos como do estrangeiro. De facto, desde cedo o linho de Guimarães e da sua região se tornara um produto de excelência que alimentava correntes comerciais a longa distância, além de servir de meio de pagamento em foros e rendas. E gerou, naturalmente, um vasto e complexo mercado de trabalho, desde os lavradores que, na sua faina, cultivavam o linho e preparavam o produto colhido através de vários procedimentos até o colocarem no mercado, com base no trabalho feminino, aos que, já com uma certa especialização, o teciam, fazendo disso o seu ofício: são mencionados os “lenzários” de Guimarães num documento de 1014. Assim, se a fiação continuava a ser uma tarefa essencialmente doméstica, a tecelagem sustentou desde cedo algum trabalho artesanal, a que, durante muito tempo, subjazia uma certa organização e controlo gremial, nomeadamente através da atribuição de cartas de ofício concedidas através do senado municipal, a que subjaziam diferenciações a partir da natureza do tear (tear alto, baixo, do estreito, do largo). Desenvolvendo-se embora numa base domiciliária, a economia do linho estava assim sujeita a mecanismos reguladores, de que os grémios e as municipalidades

eram expressão, daqui saindo regimentos sobre os ofícios, tabelamentos de obras e de salários, bem como medidas de fiscalização e repressão (CARVALHO 1941:18- 24)

Os regatões que circulavam entre Guimarães e o Porto tinham no linho e na linha uma das principais mercadorias (relativamente a 1512, o erudito Mestre António falava da saída de cem mil varas de pano de linho e estopa da vila de Guimarães). O comércio do linho apresentava uma série de intermediários, que A. L. Carvalho tipifica desta forma: “o mercador ‘linheiro’, de loja aberta, que comprava matéria prima e se encarregava da sua manufactura; a ‘adela’ que formigava pelas casas dos particulares na recolha das tarefas laboradas nas horas dos serões caseiros; o ‘atravessador’ que calcorreava os caminhos e barreiras à cata da produção que descia das aldeias à vila; o ‘tratante’ ou comissário de compras, que vinha de longe açambarcar os linhos curados e as linhas torcidas para seus negócios em grande escala, fora de portas (CARVALHO 1941:39). Esta multiplicidade de agentes comerciais só era possível porque, tal como se assinala em vários documentos de natureza judicial e municipal, o maior negócio da vila de Guimarães foi, desde “tempo imemorial”, o da “linha alva e panos de linho e beatilhas que as mulheres fiavam e ordenavam”, compradas por mercadores que levavam esses produtos para todo o Reino e para fora dele. (CARVALHO 1941:61-62)

A indústria do linho não se resumia à produção de fio e de tecidos, nem à de produção de treu (pano para as velas de embarcações) e de cordame. Como A. L. Carvalho nos sublinha, para lá cordas, das rendas e bordados, fitas, lenços, atoalhados, luvas e botões, havia um sem número de bugigangas feitas em linho, destinadas às “salas de receber” ou a “prendas de brindar”, desde caixas enfeitadas a flores para centros de mesa, produtos que seguiam a via da exportação para o Brasil e a Inglaterra e que representam a introdução de valor acrescentado nos produtos elementares do linho, através de uma arte minuciosa de tradição popular (CARVALHO 1941:105).

Estas imagens sobre a importância do linho na economia regional eram aduzidas na representação enviada de Guimarães à Junta do Comércio e depois às Cortes de 1822, que sublinhava a importância económica da linha, obtida por fiação em quase todas as casas da comarca por “muitas mil pessoas”, e as “fábricas de panos de linho e de estopas”, sustentadas por teares dispersos pelas casas de lavradores, outros “em porção unida na dos fabricantes” (PEREIRA: 1992:122)

Em 1881, o inquérito industrial revela a persistência desta tradição, que tinha então a sua principal plataforma de redistribuição no depósito de António da Costa Guimarães, criado cerca de trinta anos antes, na rua de Santo António, o qual acumulava este negócio com o de tecidos de algodão. Fornecendo ao domicílio teares e fio, não só português mas também importado da Irlanda, Costa Guimarães recebia depois os panos de linho, que se revelavam "recomendáveis pela finura e igualdade do fio", tais como toalhas de linho cruas, sarjadas e adamascadas, cobertores e colchas, meias e peúgas e grande quantidade de tecidos lisos, que vendia para o País e para o Brasil. Ou seja, a acção da firma Costa Guimarães & Fº, que criou a célebre Fábrica de Fiação e Tecidos do Castanheiro, sustentava-se na "legião das tecedeiras e dos tecelões, a quem o precursor da firma fornecia a matéria linheira, para que os obreiros do tear a laborassem nas suas casas-oficinas, dispersas pelo concelho", funcionando assim como o tradicional "mercador linheiro, intermediário entre o produtor e o consumidor". (CARVALHO 1941:139).

Mas só pelo ano de 1884, conforme se refere no *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães de 1884*, Costa Guimarães adquiriu teares mecânicos, ainda como amostra, que se supõe terem sido activados no ano seguinte com a montagem da fábrica, tendo enviado a Manchester o então seu caixeiro (Manuel Pereira Bastos, depois mestre da fábrica e sócio) para estudar e aplicar este tipo de inovações. Esse Relatório, mostrando embora preocupação com o declínio da actividade linheira, dá-nos uma imagem das diversas actividades produtivas do linho, sistematizadas, para efeitos expositivos, em diversas classes:

- *A fiação do linho*: "É a indústria caseira mais característica do Minho. Por toda a parte e em quase todas as regiões da província é a ocupação feminina a mais popular e a mais generalizada. O trabalho efectua-se numa roca que as mulheres põem à cinta; fiam assentadas de pé ou andando; e dão a este trabalho quer a maior parte do tempo em certas estações, quer durante todo o ano as horas que lhe ficam vagas doutros serviços." (p.41)
- *Linha e diferentes trabalhos de linha*, actividade caseira que considera residual, porque ultrapassada pelo fio de linho e algodão torcido mecanicamente.
- *Tecidos brancos de linho, algodão e mistos*, que os relatores subdividem, com base no destino e consequentes características, em *tecidos destinados à exportação*

(essencialmente toalhas adamascadas, damasquilho de linho e algodão, panos de linho e lenços de linho e algodão, desenvolvidos essencialmente em 17 freguesias do concelho de Guimarães) e em *tecidos brancos de consumo local* (*pano caseiro, pano lavrador e estopa*), actividades que estavam em transformação previsível pela adopção de técnicas mecânicas (Costa Guimarães & Filhos).

- *Roupa branca, lisa e bordada* (*meias, colchas, toalhas, bordados, flores artificiais*), que ocupava grande parte da população feminina da região a “trabalhar para fora” ou a “trabalhar para as lojas”.
- *Cotins e riscados d’algodão tingido, de linho cru e tingido*, produtos que constituíam a base do vestuário das classes populares e animavam uma actividade dispersa pelas casas dos tecelões rurais, normalmente em sistema de “putting-out”, ou seja, recebiam a encomenda e o fio e recebiam à tarefa.
- *Tecidos de linho e lã*, com urdidura de linho e relevos a lã.

A produção de artigos de linho, por alturas da Exposição Industrial de Guimarães, em 1884, estava já longe da pureza inicial (“já não são iguais àqueles que lhe criaram a boa reputação”). O produto misto com algodão era então a situação mais frequente e mesmo o fio de linho era já em grande parte importado, produzido por fiação mecânica, embora subsistisse o fiado domesticamente na região. Para além da maior regularidade do fio estrangeiro, a grande diferença estava, segundo alguns observadores da Exposição, na duração, pois o tecido derivado de fio estrangeiro não aturava “tantas barreiras como o linho chamado da terra”, sendo este reconhecido “pela sua aspereza ao contacto dos dedos e pelo arredondado desigual do fio” (Relatório:159).

Ainda na sequência da Exposição Industrial de Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento, procurando estimular as práticas caseiras do linho, organizou, em 1885, um concurso sobre os trabalhos do linho, conferindo diplomas aos participantes, ao mesmo tempo que propugnava por uma escola técnico que incluísse a fiação mecânica do linho, vindo a criar-se a Escola Industrial Francisco de Holanda, escola preconizada desde 1864, pela lei de 20.12.1864 que cria o ensino industrial, mas só criada em 1884.

A verdade, porém, é que a mecanização dos tecidos de linho trouxe consigo a necessidade de importar crescentemente fio dos países do Norte (principalmente da Rússia) para satisfazer as necessidades de produção, por razões quantitativas e qualitativas. Mesmo

assim, e ainda por razões de mercado, as fábricas ditas de linho não se ocupavam em exclusivo nesta actividade, transformando também fio de algodão, quer isoladamente, quer em tecidos mistos.

Na realidade, apesar de alguns esforços e discursos, as actividades ligadas ao linho sempre foram pautadas pelo “arcaísmo de estruturas e técnicas” que impediu a sua evolução para fórmulas sustentáveis de industrialização concentrada, ao contrário do que aconteceu com a lã: “a indústria linheira, no que se refere tanto ao cultivo da planta e produção da fibra, como à transformação desta última e à comercialização dos tecidos e das linhas, definiu-se pois entre nós, logo de entrada, como uma actividade caseira, individual e dispersa, artesanal e qualitativa, servida por uma técnica manual muito primitiva” (OLIVEIRA, GALHANO, PEREIRA, 1978: 23). A excepção verificou-se a sul do País, na Fábrica de Fiação e Tecidos de Torres Novas, criada em 1845, que adquiriu máquinas para fiação mecânica. Depois, só nos finais do século XIX, emergiram soluções mecânicas para a tecelagem do linho em Guimarães — três fábricas que atingiam apenas os 110 teares mecânicos para o linho, em 1913: Fábrica do Castanheiro, C<sup>a</sup> de Fiação e Tecidos de Guimarães e M. Bernardo Alves (GERALDES 1913).

A generalização da indústria do algodão e a penetração fabril respectiva no vale do Ave funcionaram como um inevitável factor de declínio da cultura e transformação do linho, que se vê remetido para situações de raro consumo, ainda que qualificado. Como diz A. L. Carvalho, “o cultivo do linho, deixando de se impor pelo seu interesse industrial, acabou por se tornar numa cultura canserosa, fadigosa, pelos múltiplos cuidados que traz ao lavrador, sem uma compensação correspondente”. (CARVALHO 1941:114).

A importação de fio de linho tornou-se então indispensável às fábricas de tecidos de Guimarães, as quais não viram com bons olhos as tentativas proteccionistas de alguns produtores de fio. Na sequência de uma representação da Companhia de Linifícios Portuguesa, de Lisboa, que tinha soluções mecânicas para a fiação e se especializara na produção de fio, especialmente em fio de sapateiro e em outros tipos de atilhos, e pedia em 1903, protecção aduaneira para o fio nacional, logo os “proprietários de fábricas mecânicas e manuais de tecidos de linho de Guimarães” fizeram chegar à Câmara dos Deputados uma contestação, invocando o interesse de milhares de pessoas que laborariam nas ditas fábricas: aumentar os direitos sobre o fio de linho importado “seria acarretar o



definhamento da laboração linar”, pois, “da produção agrícola do linho em Portugal, será apenas suficiente afirmar, com bons dados que ela é tão insignificante, que mal para o consumo chamado caseiro em que, podemos asseverar, também se gasta boa quantidade de fio e rama estrangeiros, mesmo por ser a qualidade destes superior à dos nacionais que, por isso, não permitem o seu emprego em fábricas mecânicas”. Na perspectiva dos industriais de tecidos de Guimarães a importação era incontornável, sob pena de falências fabris, devendo a Câmara dos Deputados actuar no sentido inverso ao desejado pela referida Companhia de linifícios, ou seja, reduzir, se possível, as taxas vigentes. E a comissão revisora das pautas actuou no sentido da manutenção das taxas estabelecidas pelas pautas de 1892 (excepto para o fio destinado a grossarias), reconhecendo nomeadamente que a decadência da cultura do linho não se poderia atribuir à emergência do algodão, dados os níveis elevados de importação de linho, bem como existia ainda mercado para além do destino tecelagem, tais como o das cordas, o dos fios de renda e a produção de óleo, situação que justificaria a sua cultura. O problema residia mais nas técnicas tradicionais de produção e tratamento do linho, dado o produto final não ser capaz de ombrear em preço e qualidade com o linho estrangeiro (REAL 1910:59-60).

Depois de algumas campanhas inócuas e localizadas, sobretudo a partir de jornais locais, a valorização do linho vai surgir de novo no ambiente nacionalista do Estado Novo, de pendor autárquico, no âmbito de uma política económica favorável ao aproveitamento dos recursos nacionais.

Assim, nos inícios da década de 1940, o Governo voltou a interessar-se pelo fomento da cultura do linho, nomeando uma comissão de estudo para esse efeito, que devia estudar nomeadamente as situações espanhola e italiana neste domínio, sob a direcção do eng<sup>o</sup> Luís Quartin Graça, de que resultaram vários relatórios, coligidos parcialmente num volume (GRAÇA 1943). O resultado apurado era o de uma cultura residual, ainda disseminada pelo país, mas para alimentar uma actividade essencialmente caseira e de dimensão limitada. A única evidência de equipamentos para uso colectivo era o dos engenhos para a trituração do linho, dos quais há a informação de que existiam 12 em funcionamento no concelho de Guimarães, 10 em Fafe, não havendo respostas a este quesito do inquérito para Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso.

Continuavam as importações de fio de linho estrangeiro para sustentar um pequeno núcleo de indústria de tecelagem, então de uma dezena de fábricas, das quais os relatores distinguiam a Empresa Industrial Sampedro, de Guimarães, "pelo seu equipamento apropriado". Aí se reconta o episódio de em 1890, o governo, através de Emídio Navarro, mandar vir de Inglaterra um pequeno núcleo de máquinas de fiação e tecelagem para habilitar pessoal na indústria de linho, que foi atribuído à Escola Industrial e Comercial "Francisco de Holanda", em Guimarães. Espantoso que só tenha sido montada em 1932, por iniciativa do dedicado escritor A. L. de Carvalho (então vogal da Junta Geral do Distrito) e de João da Silva Fialho, chefe da Repartição de Informação e Propaganda Agrícola, mas, ao que parece, raramente terá funcionado.

Mais importante era a ausência de uma série de equipamentos, desde instalações de maceramento e de preparação de fibra, tendo os membros da comissão sugerido vários tipos de equipamentos disponíveis no mercado que poderiam dar uma base mecanizada à transformação do linho (máquina para penteação, ripagem e desgranação; gramadora; turbo-espadeladora; máquina para limpeza das estopas, moinhos flamengos). Na altura só existiam a nível nacional duas fábricas de fiação de linho, controladas pela firma Bensaúde & C<sup>a</sup>: a já referida Companhia Nacional de Fiação e Tecidos, em Torres Novas, que remontava à primeira metade do século XIX e preparada apenas para cânhamos e tecidos grosseiro, e a Fiação e Tecelagem Micaelense, na Ribeira Grande (S. Miguel, Açores).

Ora promover a produção nacional do linho e sua preparação, como pretendia o Estado Novo, implicava a criação de algumas condições prévias, na opinião dos inquiridores: assegurar a transformação da fibra através de "centrais de maceração e preparação"; conhecer as características técnicas dos linhos e custos de produção; montar uma fiação de linho com elevada capacidade para produção de fios de número elevado (fios finos); cultivo do linho a produzir em regime de contrato, com preço previamente fixado e garantia de compra na colheita; assistência técnica para apuramento das qualidades de semente (com importações de tipos seleccionados) e formas de cultivo, bem como realização de uma propaganda adequada de ordem técnica e económica, através da divulgação de resultados de ensaios e da promoção de campos experimentais. Entre os vários pontos de ensaio de racionalização da cultura do linho e de estudo de variedades, seguindo modelos pensados para finalidades industriais, incluem-se, no Vale do Ave, os da Quinta de Pedoninho (de

António Nunes de Sousa), em Pedome, Vila Nova de Famalicão, e os da Escola Prática Agrícola de Santo Tirso.

Foi neste contexto de promoção da linicultura que a Empresa Fabril do Norte, da Senhora da Hora, se propôs desenvolver um projecto na base da concessão de alvará para produção de linha fina (de forma a não colidir com o da Fábrica de Torres Novas, segundo as regras do condicionamento industrial), o qual foi concedido oficialmente em 1943. Cumpria-se, assim, o desiderato de conciliação entre agricultura e indústria, promovendo-se um círculo fechado de produção e consumo, sabendo-se que a empresa não poderia instalar-se sem garantia de matéria-prima, nem a cultura do linho se poderia estimular sem garantia de escoamento, tal como o exemplo italiano mostrava. Por esse alvará se obrigava a Empresa a instalar uma fábrica de fiação de linho com 6000 fusos e cinco instalações de maceração e preparação de fibra, cada uma com capacidade para tratar anualmente mil toneladas de palha de linho, bem como foram delimitadas zonas em que a Empresa se comprometia a desenvolver campanhas de cultura do linho junto dos agricultores com terrenos adequados que quisessem aderir, numa relação contratual, com indicação pela Empresa de sementes, adubos e técnicas, adiantando a empresa os respectivos custos a descontar posteriormente no momento da entrega do linho. E foi, desta forma, que o cultivo do linho, ultrapassando a sua situação residual, voltou ao Vale do Ave, instalando-se a primeira central de maceração na Trofa, para tratamento dos linhos da região, e a segunda veio a situar-se a sul, em Soure (distrito de Coimbra), onde a Empresa também tinha uma fábrica, mas esta última central só começou a funcionar em 1957. A experiência não atingiu, assim, os objectivos esperados, bastando dizer que a produção total de linho nas diversas campanhas até 1970 nunca atingiu sequer as 2000 toneladas, nem ultrapassou os 500 agricultores aderentes, tornando desnecessárias novas centrais de maceração. A plantação de linho em estruturas agrárias de minifúndio nunca permitiu sequer aproveitar inteiramente a mecanização das plantações, apesar da disponibilidade da Empresa para esse efeito. E a Central da Trofa encerrou em 1977, numa experiência que durou cerca de 30 anos e nunca influenciou as práticas tradicionais da cultura do linho que, cada vez mais residualmente, ainda subsistiram.

Os trabalhos do linho constituem uma riqueza patrimonial que, em grande parte, se perdeu, embora alguns programas comunitários procurem hoje recuperar e revitalizar essa

actividade e o seu potencial, animando algumas comunidades rurais com a recuperação de artesanatos ancestrais de cultivo do linho e sua transformação.

#### Bibliografia:

- ALVES, Jorge Fernandes (1999) – *Fiar e Tecer. Uma perspectiva histórica da indústria têxtil no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil.
- CARVALHO, A. L. (1941) – *Os Mesteres de Guimarães*, 2º volume. Braga: Instituto para a Alta Cultura.
- GERALDES, Manuel de Melo Nunes (1913) – *Monografia sobre a indústria do linho no distrito de Braga*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GRAÇA, Luís Quartin (1943) — *O Linho em Portugal - subsídios para o fomento da sua cultura*. Lisboa: Ministério da Economia.
- INGERSON, Alice (1983) – Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 4: 71-106.
- JÚNIOR, Manuel Elói Moniz (1941) – A indústria do Linho em Portugal. *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, 2ª série, Janeiro de 1941, p. 145-153; Abril de 1941, p. 305-327; Julho de 1941, p. 409-442.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1978) – *Tecnologia Tradicional Portuguesa – O Linho*. Lisboa: INIC.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1992) – *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições*. Lisboa: João Sá da Costa.
- REAL, Fernando Homem da Cunha Corte (1916) – A Indústria da Fiação e Tecelagem do Linho e de outras fibras vegetais. *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 101. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Porto: 1884 (edição fac-simile por Muralha-Associação de Guimarães para a Defesa do Património: Guimarães, 1991).
- RESENDE, Teresa (1999) - Na teia do linho. *Expresso - Revista*, de 2.10.1999, p. 119-123.